

Documento de Trabalho

Working Paper

DT83

A evolução da estrutura produtiva da economia
portuguesa no longo prazo (1953/2019): uma análise
shift-share

Tiago Várzea

João Carlos Lopes

Vítor Escária

Lisboa, 2025

ISSN 2183-1807

A evolução da estrutura produtiva da economia portuguesa no longo prazo (1953/2019): uma análise *shift-share*

Tiago Várzea

EIEE/Master/ISEG/Universidade de Lisboa

156463@aln.iseg.ulisboa.pt

João Carlos Lopes

UECE/ISEG/Universidade de Lisboa

jcflopes@iseg.ulisboa.pt

Vítor Escária

CIRIUS/ISEG/Universidade de Lisboa

vescaria@iseg.ulisboa.pt

Resumo. Este trabalho analisa a evolução da estrutura produtiva portuguesa entre 1953 e 2020. Depois de um enquadramento inicial, em que se faz uma breve revisão da literatura, centrada nos principais autores que estudaram a evolução histórica da economia portuguesa, apresentam-se as principais tendências económicas ao longo do período (VAB, Emprego e Exportações), de forma descritiva. Na secção principal do trabalho, utiliza-se a análise *Shift-share* para identificar os setores que mais contribuíram para o crescimento da produtividade, avaliando assim a eficiência das mudanças estruturais ao longo do período estudado. Para além da quantificação detalhada das tendências evolutivas bem conhecidas de industrialização numa primeira fase e desindustrialização posterior, os resultados mostram que estas alterações estruturais e a consequente reafetação de recursos produtivos (materiais e humanos) nem sempre gerou os ganhos de produtividade potencialmente esperados, sugerindo ineficiências que é importante superar.

PALAVRAS-CHAVE: Mudança estrutural; Produtividade; Análise Shift-share; Portugal

Os autores agradecem o apoio financeiro da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal) - UIDB/05069/2020

1. Introdução

Ao longo da história, a economia mundial tem sido impulsionada por ondas de transformação que redefinem a forma como as sociedades produzem, consomem e se desenvolvem. A dinâmica económica global é moldada por constantes transformações que realocam a atividade produtiva entre os principais setores, fenómenos que van Neuss (2018) descreve como mudanças estruturais. Estas transformações não são meramente locais ou isoladas; pelo contrário, seguem padrões semelhantes em diversas nações, conforme observado por Fedajev et al. (2019), revelando um processo universal de evolução económica.

A composição tradicional da atividade económica pressupõe a existência de três grandes setores (Aguiar & Martins, 2005). O setor primário, que se ocupa das atividades de exploração e extração de recursos naturais, como a agricultura e silvicultura e as pescas. O setor secundário, que compreende as indústrias extractivas e transformadoras dos recursos naturais, incluindo a construção, a produção elétrica e as manufaturas. O setor terciário, comumente designado por “serviços”, que engloba, de acordo com Lopes (1996) atividades muito heterogéneas. Entre essas atividades estão aquelas fortemente influenciadas pelo progresso técnico, como Comunicações e Transportes, e aquelas que dependem do fator trabalho e da utilização de técnicas tradicionais, como Ensino, Hotelaria, Comércio e Serviços e a Administração Pública (*ibid.*).

As economias desenvolvem-se inicialmente com um vasto e preponderante setor primário, assumindo os serviços, à medida do avanço económico, um papel cada vez mais significativo na economia nacional (de Groot, 1998). Portugal também tem seguido esse padrão e, se em 1950 a economia tinha um cariz predominantemente agrário, com uma maioria de emprego em atividades do setor primário, os anos que se seguiram foram de intensa industrialização, com uma reafetação significativa de recursos humanos e de investimento para o setor industrial, perdendo essa identidade agrária entre os anos 60 e 70. O processo de industrialização português foi facilitado pela intensificação das relações económicas internacionais que advieram de uma crescente participação nos movimentos de integração europeia (Lopes, 1996). Entre os marcos que promoveram uma progressiva abertura económica do país, destacam-se a adesão à OCDE em 1948, a determinante adesão à EFTA em 1960, a entrada no FMI e no Banco Mundial também

em 1960, a integração no GATT em 1962 e o Acordo de Comércio Livre com a CEE em 1972, que culminou na adesão plena a essa comunidade em 1986. Assim, Portugal iniciou o seu período de convergência com os países da Europa Ocidental, recuperando do atraso industrial que tinha relativamente aos mesmos, ao passo que viu as suas exportações crescerem exponencialmente.

O estudo desenvolvido neste trabalho integra múltiplas metodologias para analisar a evolução da estrutura produtiva da economia portuguesa e os seus setores-chave num período de aproximadamente 60 anos, dividindo-se em 3 grandes partes (para além da Introdução e da Conclusão). A primeira parte consiste numa breve revisão de literatura, que oferece uma visão abrangente acerca da evolução económica de Portugal, destacando as perspetivas de autores conceituados da história económica portuguesa. Na segunda parte, faz-se uma análise descritiva que visa identificar e confirmar as grandes tendências identificadas na literatura, realçando a transição de Portugal de uma economia agrária para uma economia industrial e, em seguida, de serviços. Na terceira parte, a mais importante deste trabalho, utiliza-se a análise *Shift-share* para identificar os setores que mais contribuíram para o crescimento da produtividade, avaliando assim a eficiência das mudanças estruturais ao longo do período estudado. Para além da quantificação detalhada das tendências evolutivas bem conhecidas de industrialização numa primeira fase e desindustrialização posterior, os resultados mostram que estas alterações estruturais e a consequente reafetação de recursos produtivos (materiais e humanos) nem sempre gerou os ganhos de produtividade potencialmente esperados, sugerindo ineficiências que é importante superar.

2. Breve revisão da literatura

A economia portuguesa passou ao longo do séc. XX por transformações significativas, marcadas por mudanças estruturais no emprego e na produção.

O início do séc. XX em Portugal foi marcado por um período de alguma industrialização, descrito por Moura (1969) como uma era de capitalismo periférico, onde prevalecia a ideia de que “crescendo as indústrias, o resto iria atrás” (Moura, 1969, p.20). Na prática, este processo resultou nalgum decréscimo da importância da agricultura na produção nacional.

Não obstante, Lopes (1996) destaca que, em 1960, a agricultura representava ainda cerca de 45% da força de trabalho. Nas décadas seguintes assistiu-se a uma diminuição mais acentuada da importância da agricultura, tanto no emprego como na contribuição para o produto. Este declínio foi muito influenciado pelo forte investimento na indústria, que tinha um maior potencial de aumento da produtividade, oferecendo assim maiores possibilidades de crescimento económico (Moura, 1969). Como resultado, o setor agrícola passou a evoluir bastante mais lentamente do que a indústria e os serviços, que experienciavam taxas anuais de crescimento superiores a 6% (Mata & Valério, 1994).

A indústria assumiu assim nesta época um papel central na dinamização da economia, com o estado português a adotar uma função supletiva, ao investir nas infraestruturas necessárias, cabendo a condução do processo industrial à iniciativa privada. Lains (1994) destaca que o processo de industrialização em Portugal radicou na necessidade de tornar o país menos dependente de algumas importações. A estratégia adotada envolveu a substituição de importações por produção interna, protegendo a indústria nacional da concorrência externa através de pautas aduaneiras e aplicando condicionamentos industriais no mercado interno. Esta política resultou na concentração do poder económico nas mãos das explorações industriais já estabelecidas, reforçando o papel da indústria como motor do crescimento económico (Moura, 1969).

Entre 1960 e 1973, registou-se um forte crescimento global da economia portuguesa, maioritariamente da indústria, atribuindo-se a este período o nome de “anos de ouro do crescimento”, marcado pela expansão generalizada dos diversos ramos produtivos. As indústrias nascentes, que beneficiaram amplamente do progresso técnico, fizeram aumentar muito a produtividade do trabalho, sendo a indústria têxtil um dos setores preponderantes da economia portuguesa, devido ao significativo aumento das suas exportações (Lopes, 1996).

A EFTA, da qual Portugal foi membro fundador em 1960, constituiu uma zona de comércio livre, onde a tendência seria a de eliminar gradualmente as pautas aduaneiras, fomentando o comércio entre os países associados. A participação portuguesa nesta associação foi uma situação excepcional, uma vez que os restantes associados eram altamente industrializados (Costa et al., 2016), tendo sido pensada do ponto de vista do estímulo que a mesma poderia vir a oferecer às exportações portuguesas (Lains, 1994).

Portugal beneficiava de uma grande vantagem comparativa que era o facto da sua mão-de-obra ser mais barata em relação aos países parceiros, o que terá levado, por um lado, a um grande fluxo migratório para países pertencentes à EFTA, dada a percepção dos trabalhadores acerca do desnível salarial (Moura, 1969), tendo, por outro lado, alavancado as exportações portuguesas de setores como o têxtil que era anteriormente mais direcionado às colónias, mas também os setores da cortiça, peixe enlatado, vinho e hortícolas (Lains, 1994; Costa et al., 2016).

Apesar de a EFTA ter tentado iniciar o processo de desmantelamento das barreiras às importações, Portugal negociou cláusulas especiais para que esse processo fosse mais lento, de modo que as indústrias nascentes tivessem tempo para crescer sem ser alvo da concorrência do mercado europeu (Costa et al., 2016). Assim, o protecionismo apenas foi verdadeiramente eliminado nos anos 80 e 90, com a adesão de Portugal à CEE em 1986, adesão essa que estimulou o crescimento e modernização das indústrias com recurso a subsídios a fundo perdido, financiados através de transferências provenientes do orçamento comunitário, as quais não puderam contrariar a queda acentuada da produção industrial entre 1991-1994, ligada à apreciação do escudo e à maior concorrência de importações (Lopes, 1996).

A partir de 1973 intensificou-se o processo de terciarização (fenómeno entendido como o ganho de importância dos serviços relativamente à agricultura e à indústria). A crescente predominância dos serviços deveu-se ao facto da procura se expandir de forma tendencialmente mais rápida, comparando com outros setores, quer no consumo final, quer nos produtos intermédios, aos menores ganhos de produtividade neste setor, devido à sua baixa mecanização, bem como à massificação da subcontratação de serviços, como limpeza, transporte, refeitórios, etc. por parte da indústria, antes produzidos internamente (Lopes, 1996).

Num cenário de crescente integração das economias, a capacidade de internacionalização, juntamente com o padrão de terciarização das economias, emerge como um fator-chave para o desenvolvimento económico e a melhoria do bem-estar das populações (Ribeiro et al., 2012). Os avanços tecnológicos têm transformado um número cada vez maior de serviços em transacionáveis (os serviços transacionáveis são todos aqueles que são suscetíveis de ser importados/exportados. De acordo com Ribeiro et al. (2012), este setor

foi o que mais dinamizou a economia portuguesa entre 1996 e 2008), o que se refletiu num crescimento do comércio internacional de serviços desde o início do séc. XXI (para uma percepção mais alargada do papel dos serviços na atualidade ver Mateus, 2023).

3. Evolução dos principais setores de atividade

Nesta secção apresentam-se as tendências evolutivas dos principais setores da economia em termos do emprego, valor acrescentado bruto e comércio externo, numa ótica comparada. Para tal, recorreu-se a dados provenientes das séries longas da economia portuguesa, produzidas conjuntamente pelo INE e pelo Banco de Portugal.

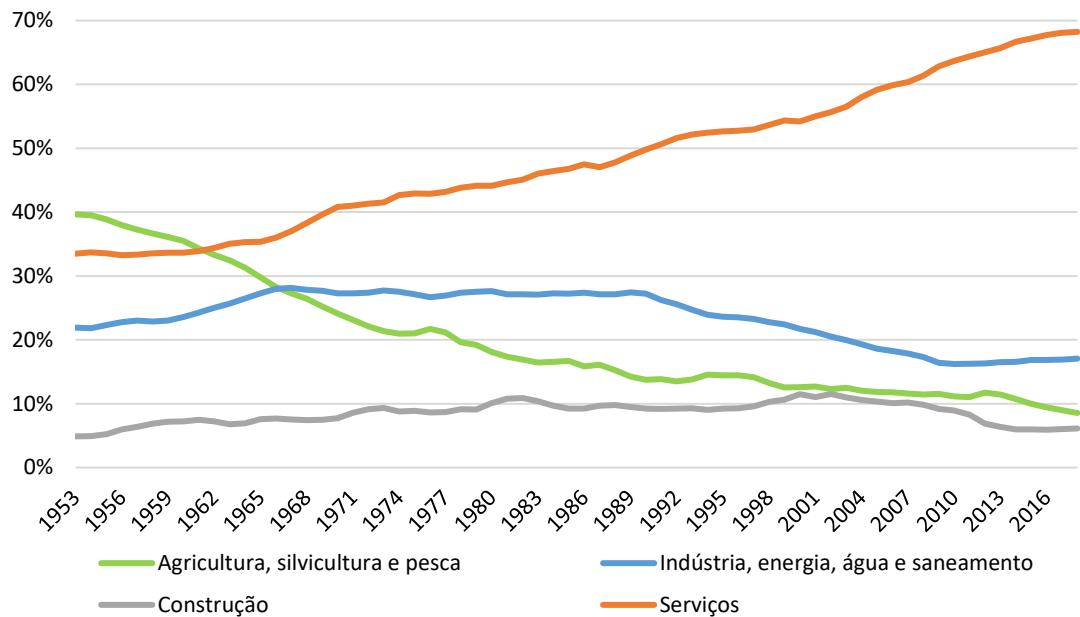
3.1. EMPREGO

No início do período considerado na Figura 1 (1953-2018), destaca-se a predominância do setor da agricultura, silvicultura e pescas (doravante setor agrícola) no emprego, o qual representava 40% da força de trabalho nacional. A observação da evolução do gráfico, evidencia uma tendência decrescente do peso do setor agrícola no emprego, ao passo que os setores dos serviços e da indústria ganham relevância na economia portuguesa.

No início dos anos 60, os serviços emergiram como o principal empregador da economia portuguesa, beneficiando da falta de dinamismo do setor agrícola. Esta predominância consolidou-se ainda mais no início dos anos 90, no contexto da crescente desindustrialização, quando mais de metade da população portuguesa se encontrava empregada em atividades ligadas aos serviços. No final do período para o qual temos dados completos para o emprego de todas as atividades económicas (2018), os serviços pesavam cerca de 70% da força de trabalho portuguesa.

É notável uma ascensão do emprego industrial até finais dos anos 60, altura em que ultrapassa o da agricultura, estabilizando na ordem dos 26-27% até aos anos 90, altura em que experimenta uma queda elevada, voltando a estabilizar a partir de 2010. O peso da construção no emprego permaneceu relativamente estável, com pequenas oscilações ao longo do tempo. O setor dos serviços conheceu uma tendência crescente ao longo de todo o período.

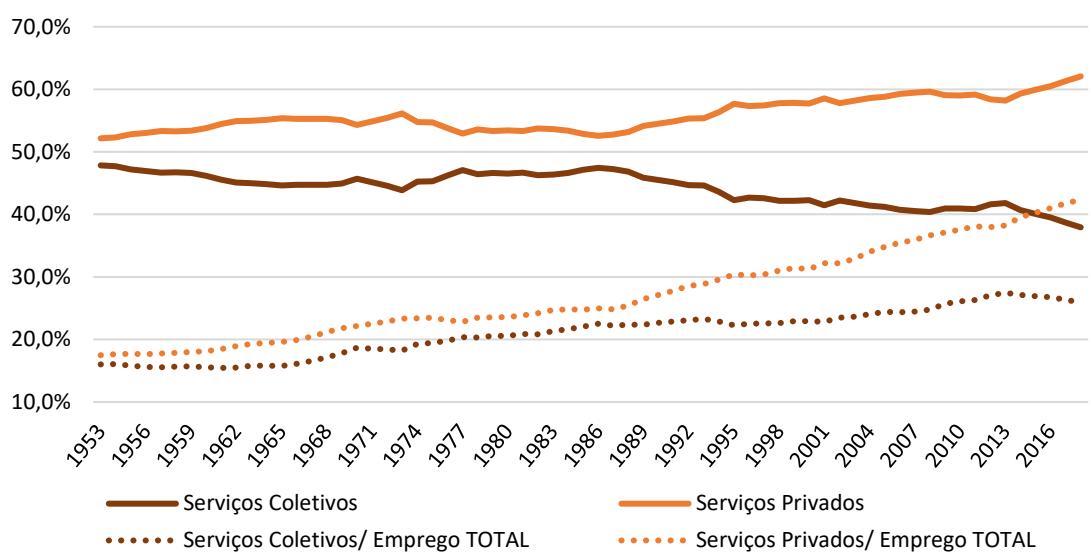
Figura 1: Peso dos 4 Grandes Setores no Emprego



Fonte: Séries Longas do INE e BP.

Entre 1953 e 2018, os serviços privados representaram consistentemente a maior parcela do emprego no setor terciário, passando a representar mais de um terço do emprego total a partir de meados dos anos 2000, conforme representado na Figura 2. Assim, torna-se mais pertinente analisar a evolução dos subsetores dos serviços privados.

Figura 2: Peso dos Serviços Coletivos e Privados nos Serviços e no Emprego Total



Fonte: Séries Longas do INE e BP.

3.1.1 Serviços Privados

É notável, no Quadro 1, uma predominância contínua do comércio como o principal empregador dos serviços. Contudo, desde 1973, o seu peso tem vindo a baixar em virtude da expansão dos setores do alojamento e restauração, administrativos e serviços de apoio, e ainda que menos significativamente os serviços de consultoria, científicos, técnicos e similares, setores estes que se estabeleceram como os principais empregadores, a seguir ao comércio, nos serviços privados. Os serviços de transporte e armazenagem têm também um peso relevante, ainda que a sua evolução ao longo do tempo seja marcada por um declínio relativo.

Quadro 1: Peso dos Principais Subsetores dos Serviços Privados no Emprego

<i>Serviços Privados</i>	1953	1959	1973	1985	1999	2008	2013	2018
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	41,0%	42,8%	44,7%	39,2%	36,7%	35,1%	32,9%	31,3%
Transportes e armazenagem	13,2%	12,9%	11,9%	11,6%	8,0%	7,8%	8,0%	7,8%
Atividades de alojamento e restauração	3,2%	3,8%	6,6%	9,0%	12,6%	13,2%	13,4%	15,2%
Serviços de consultoria, científicos, técnicos e similares	2,4%	2,3%	3,5%	4,5%	7,2%	8,3%	8,6%	8,8%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,4%	4,2%	6,2%	7,6%	11,9%	13,4%	14,0%	15,9%

Fonte: Séries Longas do INE e BP.

3.1.2 Indústria Transformadora

No âmbito da indústria, a diferença é ainda mais marcante, com as indústrias transformadoras a assegurar a maior representatividade do emprego no setor. É assim fundamental entender quais os subsetores com maior relevância no emprego deste tipo de indústrias, os quais são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Peso dos Principais Subsetores das Indústrias Transf. no Emprego

<i>Indústrias Transformadoras</i>	1953	1959	1973	1985	1999	2008	2013	2018
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	12,2%	12,8%	10,4%	11,7%	11,9%	14,1%	15,3%	14,9%
Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro	37,2%	31,0%	32,8%	34,7%	35,3%	29,5%	29,2%	27,8%
Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros não metálicos	7,4%	11,4%	9,1%	9,0%	9,6%	9,9%	9,0%	8,9%
Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	7,5%	6,6%	10,5%	11,0%	10,0%	12,2%	12,3%	12,7%
Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas	11,2%	11,0%	10,1%	8,6%	8,9%	9,9%	10,2%	10,8%

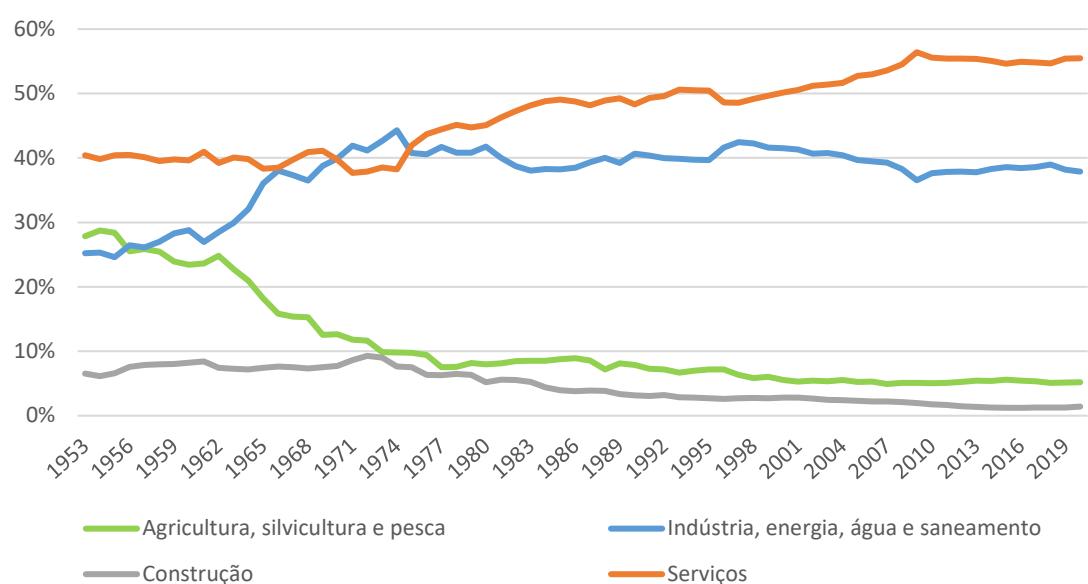
Fonte: Séries Longas do INE e BP.

Ao longo do período considerado, é a indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro (doravante têxtil) que demonstra consistentemente a maior participação no emprego no setor. Embora o surgimento de novas indústrias possa ter causado ajustes na sua participação relativa ao longo do tempo, a indústria têxtil manteve-se consistentemente como o subsetor das indústrias transformadoras que mais emprega, seguido das indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco e das metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, as quais têm vindo a consolidar-se ao longo do tempo. As indústrias transformadoras não especificadas; reparação, manutenção e instalação de máquinas e as de fabricação de artigos de borracha, plásticos e de outros minerais não metálicos também demonstram um peso importante, tendo mantido uma participação relativamente estável ao longo do tempo.

3.2. VALOR ACRESCENTADO BRUTO

A evolução do peso dos quatro grandes setores no VAB, em termos reais (ver Figura 3), mostra que, na maior parte do tempo, foram os setores dos serviços os maiores contribuintes para a geração de valor acrescentado, sendo apenas superados, ainda que de forma residual, pelo setor industrial entre 1970-1975, coincidindo com a fase final dos seus anos de ouro.

Figura 3: Peso dos 4 Grandes Setores no VAB



Fonte: Séries Longas do INE e BP.

Durante estes anos, a indústria portuguesa estava a crescer a um ritmo bastante acelerado, atingindo, de acordo com a Figura 3, um peso máximo de 44% no VAB, no ano de 1974. A partir daí, o crescimento exponencial do setor dos serviços, em paralelo com a já referida tendência de desindustrialização, manteve o peso deste setor no VAB relativamente estável, oscilando em torno dos 40%.

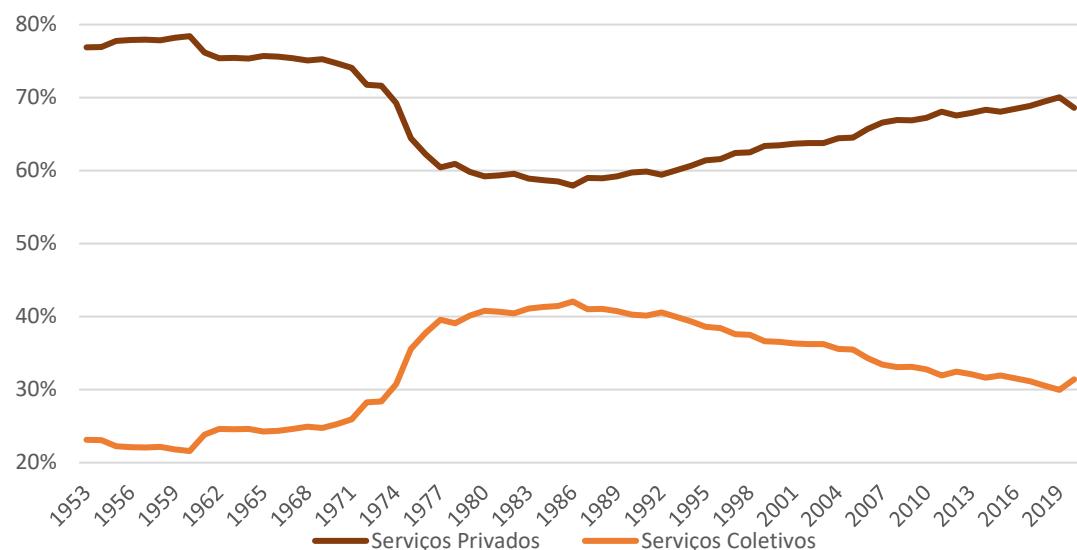
No setor agrícola, o aumento do VAB foi menos expressivo em comparação com os setores industriais e de serviços. Há uma tendência decrescente no contributo do VAB agrícola, estabilizando em cerca de 5% desde o final dos anos 1990.

O setor da construção manteve uma baixa representatividade no VAB durante todo o período analisado, com um ligeiro aumento até 1973, e uma queda subsequente, representando desde 2012 cerca de 1% do VAB real.

3.2.1 Serviços Privados

Atentando na comparação entre serviços privados e coletivos (Figura 4), observa-se que os serviços privados têm uma contribuição dominante no VAB total dos serviços. Assim considera-se mais relevante concentrar a análise nos subsetores dos serviços privados.

Figura 4: Contributo dos Serviços Coletivos vs. Privados para o VAB



Fonte: Séries Longas do INE e BP.

As participações no VAB do setor são representadas no Quadro 3, sendo visível, desde logo, um aumento do peso das atividades imobiliárias e das atividades de alojamento e

restauração, principalmente a partir do fim do milénio. No final do estudo (2018), estes dois setores passaram a ocupar posições cimeiras, posicionando-se apenas atrás do comércio em termos de peso no VAB dos serviços privados, impulsionados pela expansão dos setores imobiliário e turístico. As atividades financeiras e de seguros registaram o ponto alto da sua contribuição para o VAB entre a adesão à CEE e a crise financeira de 2008, a qual resultou numa quebra do seu reforço no VAB. Os transportes e armazenagem mantêm uma contribuição para o VAB dos serviços privados relativamente estável ao longo do tempo, salvo o pico entre 1959 e 1985. Os serviços de consultoria, que no início do período estudado ocupavam a segunda posição em termos de contribuição para o VAB setorial, apresentaram uma queda significativa até à adesão à CEE. Apesar de uma ligeira recuperação posterior, o seu contributo final permaneceu aquém do nível inicial, revelando-se os menores contribuintes para o VAB dos serviços privados.

Quadro 3: Peso dos Principais Subsetores dos Serviços Privados no VAB

<i>Serviços Privados</i>	1953	1959	1973	1985	1999	2008	2013	2018
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42%	45%	41%	39%	29%	25%	27%	24%
Transportes e armazenagem	8,7%	8,8%	10,2%	12,9%	8,5%	8,2%	8,6%	8,8%
Atividades de alojamento e restauração	2,7%	2,7%	4,2%	5,9%	8,9%	8,8%	9,0%	10,8%
Atividades financeiras e de seguros	7,6%	7,2%	8,8%	14,7%	12,5%	15,1%	9,8%	8,7%
Atividades imobiliárias	8,6%	7,1%	10,9%	9,9%	15,9%	17,6%	22,3%	22,3%
Serviços de consultoria, científicos, técnicos e similares	11,0%	10,3%	8,8%	4,2%	7,1%	7,2%	6,4%	7,2%

Fonte: Séries Longas do INE e BP.

3.2.2 Indústria Transformadora

À semelhança do que se verifica no emprego, também no VAB as indústrias transformadoras são as que garantem uma maior representatividade relativa. Ao longo do período, como se pode observar no Quadro 4 , nota-se a predominância da indústria têxtil, que sofreu uma queda bastante acentuada, conjuntamente com a indústria da madeira, pasta, papel e cartão, ainda que esta última tenha registado uma queda mais gradual e menos expressiva. Em sentido contrário, algumas indústrias transformadoras, antes menos relevantes, demonstraram um crescimento. Entre elas, destaca-se a indústria alimentar, de bebidas e tabaco, que começa por registar uma queda até 1973, e posteriormente um aumento do seu peso no VAB, chegando a equiparar-se à da indústria têxtil, a partir de 2008. A indústria dos metais de base também se destaca, demonstrando uma influência

positiva dos anos de ouro da indústria, registando o seu peso no VAB uma subida notória entre 1960 e 1973, mantendo-se relativamente estável daí em diante. Além destas indústrias, destaca-se a fabricação de artigos de borracha, plásticos e de outros não metálicos, que experimenta um crescimento considerável entre 1953 e 1960, seguido de uma ligeira quebra até 1973, que foi prontamente ultrapassada, consolidando mais recentemente a sua participação no VAB das indústrias transformadoras ao estabilizar em torno dos 11%.

Quadro 4: Peso dos Principais Subsetores das Indústrias Transf. no VAB

<i>Indústrias Transformadoras</i>	1953	1959	1960	1973	1985	1999	2008	2013	2018
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	10,4%	9,9%	9,0%	7,4%	10,4%	13,5%	15,8%	17,8%	16,9%
Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro	33,8%	22,7%	23,5%	21,8%	27,2%	20,9%	16,4%	18,1%	17,0%
Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão	14,0%	14,2%	14,2%	13,3%	12,1%	11,9%	11,2%	10,7%	10,3%
Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros não metálicos	6,7%	9,6%	10,7%	8,3%	8,6%	13,5%	12,0%	11,5%	11,2%
Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	5,6%	5,9%	5,2%	13,8%	12,2%	9,4%	12,3%	11,2%	12,0%

Fonte: Séries Longas do INE e BP.

3.3 COMÉRCIO EXTERNO - EXPORTAÇÕES

Conforme já foi referido, o processo de integração europeia contribuiu expressivamente para o impulso do comércio externo português, fortalecendo a posição competitiva do país. O Quadro 5 mostra os bens/serviços com maior destaque em termos exportadores ao longo do tempo. No início do período, os produtos têxteis ocupavam uma posição dominante nas exportações nacionais, com uma tendência decrescente. O equipamento de transporte ultrapassou os produtos têxteis como principal bem exportado em 2008, consolidando-se de forma mais marcante em 2019. Além disso, os serviços de transporte e armazenagem passaram a ter um papel relevante nas exportações, registando um aumento gradual. Os produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco e produtos de madeira e de papel, viram, no geral, as suas participações nas exportações globais aumentar e diminuir, respetivamente, ainda que de forma pouco significativa.

Quadro 5: Principais Produtos Exportados (Bens/Serviços)

Produtos	1953	1959	1973	1985	1999	2008	2013	2019
Produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco	5%	5%	4%	5%	5%	6%	7%	6%
Produtos têxteis, vestuário e de couro	24%	21%	21%	24%	19%	9%	9%	8%
Produtos de madeira e de papel, e serviços de impressão	8%	8%	8%	8%	7%	5%	5%	5%
Equipamento de transporte	8%	10%	12%	11%	14%	10%	8%	12%
Serviços de transporte e armazenagem	4%	4%	5%	6%	5%	8%	9%	8%

Fonte: Séries Longas do INE e BP.

4. Evolução da Produtividade do Trabalho e Mudança Estrutural

O crescimento da produtividade em Portugal durante o séc. XX, deveu-se muito ao setor industrial, o qual contribuiu simultaneamente para o aumento do nível de vida médio português (Aguiar & Martins, 2005). Como se poderá comprovar adiante, “o período entre 1951 e 1973 foi o mais favorável em termos de crescimento tendencial da produtividade industrial no século XX”¹, resultado das políticas industrialistas, da abertura ao exterior, materializada pelas adesões a organismos como a EFTA, OCDE, FMI e GATT, e da emigração massiva que se fazia sentir, fruto do dinamismo das economias europeias neste período (ibid.).

Após o período difícil de 1974-1984, devido aos choques petrolíferos e à instabilidade associada à alteração de regime político, só em 1985 é que a produtividade industrial voltou a subir a um ritmo superior à média, ainda que já num contexto de desindustrialização (ibid.).

Esta secção oferece uma visão comprehensiva das mudanças na produtividade. Para isso, é apresentada uma análise descritiva acerca da evolução da produtividade dos vários setores, seguida da aplicação da metodologia *Shift-share*, que proporcionará percepções clarificadoras do impacto específico de cada setor e das mudanças estruturais no desempenho global da produtividade.

4.1. ANÁLISE DESCRIPTIVA

Nesta secção, é analisada a evolução da produtividade do trabalho nos principais setores da economia portuguesa, utilizando como referência a produtividade real, ou seja,

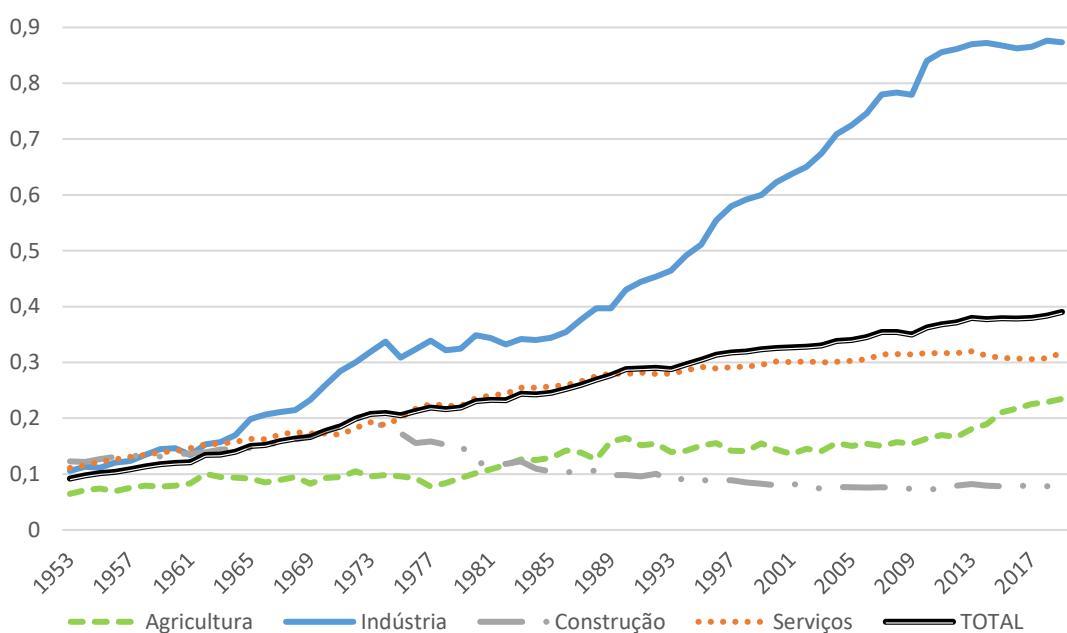
¹ Aguiar & Martins (2005), p.193

ajustada para o efeito da inflação ao longo do tempo. A produtividade é medida pelo VAB a preços constantes, dividido pelo número de trabalhadores em cada setor.

4.1.1. Produtividade real dos 4 grandes setores

Passando à análise detalhada da evolução da produtividade real nos quatro principais setores da economia portuguesa (Agricultura, Indústria, Construção e Serviços), verifica-se uma crescente disparidade entre a produtividade industrial e a dos demais setores ao longo do tempo (ver Figura 5), sendo de destacar um crescimento exponencial da produtividade do setor industrial, a par do crescimento menos marcado dos restantes setores.

Figura 5: Produtividade real nos 4 grandes setores: 1953-2019 (10^3 €)

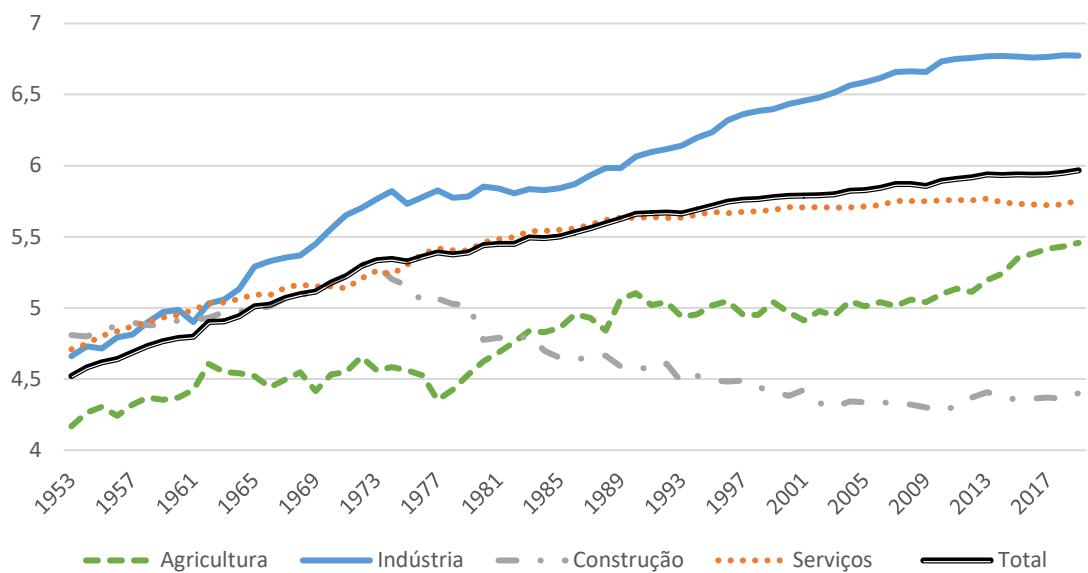


Fonte: Séries Longas do INE e BP.

Tal crescimento é mais bem evidenciado na Figura 6, que mostra a produtividade real dos quatro setores em escala logarítmica (LN), permitindo visualizar a taxa de variação anual através da inclinação das curvas, onde uma maior inclinação indica um crescimento mais acentuado da produtividade nesse período. O setor dos serviços, teve um crescimento sustentado, ainda que não tão acentuado como o da indústria, e em abrandamento a partir dos anos 90, evidenciando a estagnação da produtividade do setor. Já o setor agrícola,

embora com produtividade relativamente baixa, demonstrou um crescimento consistente até aos anos 90, seguido por uma fase de estabilização e novo período de aumento expressivo nos anos mais recentes. O setor da construção mostra um comportamento volátil, refletindo a sua dependência dos ciclos económicos. É particularmente notável o crescimento favorável da indústria até ao fim dos anos de ouro, seguido de um crescimento menos expressivo nos anos seguintes e um novo período de crescimento acentuado entre meados dos anos 80 e o início da crise económica global, altura em que a produtividade do setor começou a estabilizar.

Figura 6: Produtividade real nos 4 grandes setores: 1953-2019 (Ln)

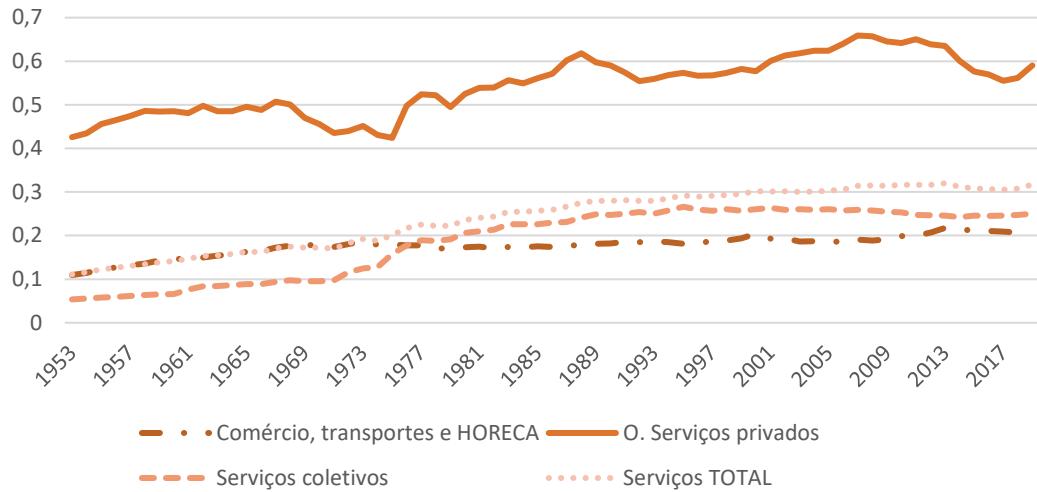


Fonte: Séries Longas do INE e BP.

4.1.2. Produtividade real dos subsetores dos serviços

Como se referiu anteriormente, o setor dos serviços tem vindo a ganhar um peso determinante na economia, sobretudo em termos de emprego, dada a crescente terciarização das economias. Importa por isso prestar particular atenção à evolução da eficiência económica nos seus principais subsetores (Comércio, transportes, alojamento e restauração - HoReCa; Outros serviços privados e empresariais; Serviço coletivos), a qual pode ser vista na Figura 7.

Figura 7: Produtividade real nos subsetores dos Serviços (10^3 €)



Fonte: Séries Longas do INE e BP.

Constata-se, assim, uma produtividade dominante e crescente do subsetor dos Outros Serviços privados, que se mantém consistentemente acima da produtividade total dos serviços, dada a fraca produtividade dos subsetores Comércio, Transportes e HoReCa e Serviços Coletivos.

Quanto à eficiência dos principais subsetores da Indústria Transformadora, será feita uma análise detalhada na secção seguinte, recorrendo à metodologia de análise *Shift-share*.

4.2. ANÁLISE SHIFT-SHARE

Esta secção aprofunda a análise sobre a evolução da eficiência dos principais setores da economia portuguesa, recorrendo à metodologia *Shift-share*, que é particularmente indicada para compreender a dinâmica da produtividade e emprego dos setores.

A análise foi feita a três níveis: i) 3 grandes setores da economia: Agricultura; Indústria (nela incluída a Construção) e Serviços; ii) 6 setores relevantes: Agricultura; Indústria (Extrativa, Transformadora e Eletricidade, gás e água); Construção; Comércio, Transportes e HoReCa; Serviços privados; Serviços coletivos; iii) para 8 subsetores da Indústria Transformadora (adiante apresentados). Esta análise foi suscitada pelo interessante trabalho de Aguiar & Martins (2005), que avaliou o contributo dos vários setores para o crescimento da produtividade entre 1930-2000. Assim, visa a presente

secção complementar o estudo destes autores, estendendo-o para o período posterior a 2000.

Quanto às conclusões a que se chega para o período comum, entre 1953 e 2000, há algumas diferenças devido aos dados de base sobre o emprego e aos distintos anos-base dos deflatores.

4.2.1. Metodologia de análise

A metodologia utilizada neste capítulo é a análise *Shift-share*, que, segundo Fagerberg (2000), se assemelha a uma análise de variância, pois separa a produtividade em várias componentes estruturais, denominadas “efeitos”, as quais serão apresentadas mais à frente. Mais recentemente, Aguiar & Martins (2005) usaram esta metodologia para avaliar o contributo dos vários setores da indústria portuguesa para o crescimento da produtividade entre 1930 e 2000.

A análise *Shift-share* pressupõe a existência de 3 efeitos que traduzem a influência que cada setor exerce no crescimento da produtividade global da economia, nomeadamente:

- I. **Efeito estático de crescimento intrassetorial:** mostra a contribuição de cada setor para o crescimento da produtividade global, considerando inalterado o peso do emprego do respetivo setor no emprego total (Aguiar & Martins, 2005). Os pesos setoriais deste efeito são tanto maiores quanto maior for o crescimento efetivo da produtividade do setor;
- II. **Efeito estático de mudança estrutural:** traduz a contribuição para o crescimento da produtividade global, da reafetação de recursos humanos entre setores, considerando constantes os níveis iniciais das produtividades setoriais (Fagerberg, 2000; Aguiar & Martins, 2005). Os pesos setoriais deste efeito, representam a reafetação de recursos entre os setores, onde um valor positivo indica o aumento do peso relativo do emprego e um valor negativo a sua diminuição. Quanto maior seu valor (positivo/negativo), mais pronunciada é essa reafetação;
- III. **Efeito dinâmico de mudança estrutural:** mede o efeito conjunto das mudanças na produtividade e da reafetação do emprego entre os setores. Os pesos setoriais deste efeito traduzem o resultado conjunto da reafetação de recursos humanos e

do crescimento da produtividade do setor, sendo tão maior quanto mais positivo tenha sido o efeito da reafetação de recursos humanos na sua produtividade.

O contributo total que cada setor dá para o aumento da produtividade da economia é justamente o somatório dos valores dos três efeitos descritos, que podem ser formalizados através da equação (1):

$$(1) \text{ Contributo setorial aum. prod.} = \sum_i \left[\frac{S_{i,t-1}\Delta P_{it}}{\Delta P_t} + \frac{P_{i,t-1}\Delta S_{it}}{\Delta P_t} + \frac{\Delta P_{it}\Delta S_{it}}{\Delta P_t} \right]$$

I II III

Onde:

i , representa o setor ($i = 1, \dots, n$);

t , representa o final do período em estudo e $t-1$ o seu início;

P_i , representa a produtividade do setor i (VAB/Emprego de i);

S_i , representa o peso do emprego do setor i no emprego total.

Analizando os efeitos separadamente, tendo em conta os valores de todos os setores em análise, é possível identificar, para cada período, qual o fator que mais pesou no crescimento da produtividade.

No que toca aos efeitos de mudança estrutural, é possível através destes avaliar a eficácia das realocações dos recursos humanos entre os setores. Um somatório positivo do efeito estático, indica que houve uma realocação de recursos no sentido de setores mais produtivos e vice-versa. Já relativamente ao somatório dos efeitos dinâmicos de mudança estrutural, o seu valor será tão mais positivo, quanto maior for a transferência de recursos de setores com menor para setores com maior crescimento da produtividade (Fagerberg, 2000).

4.2.2. Periodização

A análise deste ponto segue a periodização comumente usada na história económica portuguesa². Assim sendo, a primeira fase analisada corresponde ao período de arranque da industrialização moderna da economia portuguesa e aos chamados anos de ouro do crescimento: 1953-1973. A segunda fase corresponde ao período conturbado dos choques

² ver, para o período entre 1953 e 2000, Aguiar & Martins (2005).

petrolíferos (1973 e 1979), da instabilidade cambial e financeira que se seguiu à inconvertibilidade do dólar (1971) e das perturbações políticas e sociais do pós-25 de abril, e consequente estabilização institucional e económica, ou seja, 1974-1985. A terceira fase, coincide com o período de integração na então CEE, com todos os benefícios que isso trouxe, sobretudo em termos de abertura de mercados e afluxo de fundos estruturais, mas também desafios (maior concorrência), ou seja, 1985-1999. A quarta fase corresponde à primeira década subsequente à introdução do Euro (União Económica e Monetária), que culmina com a crise financeira de 2007/2008 e subsequente Grande Recessão de 2009. A quinta e última fase corresponde à segunda década do Século XXI, que culmina com a pandemia do COVID-19. Para evitar a perturbação na análise provocada pela grande recessão associada a esta pandemia, a última fase termina em 2019.

4.2.3. Análise aos 3 grandes setores

De acordo com a análise *Shift-share* para os três grandes setores, apresentada nos Quadros 6 e 7, a indústria contribuiu significativamente (67,45%) para o crescimento da produtividade entre 1953 e 1973, não fosse este o período de ouro do crescimento industrial. Esse contributo foi amplamente impulsionado pelo seu crescimento intrassetorial (41,8%), e reforçado pelo impacto do efeito de mudança estrutural, predominantemente dinâmico, o qual revela que a absorção dos trabalhadores agrícolas principalmente pela indústria foi benéfica, pois estes setores apresentavam TMCA da produtividade superiores.

Findos os anos de ouro, destaca-se entre 1973 e 1985 o contributo negativo da indústria para o crescimento da produtividade global, primordialmente fruto do seu efeito intrassetorial negativo. O seu impacto no efeito estático de mudança estrutural foi também negativo. Assim, neste período, os serviços passaram a ser o principal fator de crescimento (107,2%), fortemente impulsionado pelo crescimento intrasetorial (71,3%) e pelo efeito estático de mudança estrutural que demonstrou uma marcada e eficiente reafetação de recursos da agricultura e indústria em favor dos serviços, dada a forte queda da produtividade na indústria durante esta época, tornando os serviços o mais produtivo dos três setores durante este período.

No período entre 1985-1999, ainda que num momento de desindustrialização, a produtividade da indústria cresceu a um ritmo tendencialmente superior à média, levando o setor a deter novamente um efeito de crescimento intrassetorial dominante. Nesse período, o contributo para o crescimento da produtividade da economia dividia-se entre a indústria e os serviços. Os serviços continuavam a absorver grandes fluxos de trabalhadores, o que contribuía para o potenciamento do seu efeito estático de mudança estrutural.

Quadro 6: TMCA da produtividade real - 3 grandes setores (1953 – 2019)

	1953-1973	1973-1985	1985-1999	1999-2009	2009-2019
TMCA da Produtividade - Economia	4,16	1,40	1,99	0,79	1,10
TMCA da Produtividade - Agricultura	1,99	2,52	1,29	-0,01	4,26
TMCA da Produtividade - Indústria	5,01	-0,17	3,08	1,95	2,36
TMCA da Produtividade - Serviços	2,79	2,44	1,00	0,62	0,08

Fonte: Séries Longas do INE e BP e cálculos próprios

Quadro 7: Crescimento da produtividade e mudança estrutural - 3 grandes setores (1953 – 2019)

	1953-1973	1973-1985	1985-1999	1999-2009	2009-2019
1. TMCA da Produtividade	4,16	1,40	1,99	0,79	1,10
2. Contributo Agricultura -----	-4,45	2,92	-2,70	-5,93	5,46
3. Contributo Indústria -----	67,45	-10,11	51,05	-32,22	47,80
4. Contributo Serviços -----	37,00	107,18	51,65	138,15	46,73
2+3+4 -----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
5. Contributo do efeito intra-setorial, do qual:	76,13	84,56	98,67	152,88	114,66
Agricultura -----	10,72	18,94	5,45	-0,04	22,91
Indústria -----	41,78	-5,64	70,18	114,44	87,59
Serviços -----	23,63	71,26	23,04	38,48	4,16
6. Contributo do efeito estático de mudança estrutural, do qual:	7,15	10,47	5,58	-33,13	-0,80
Agricultura -----	-10,22	-11,88	-6,81	-5,89	-11,49
Indústria -----	9,66	-4,56	-12,51	-120,93	-31,51
Serviços -----	7,70	26,91	24,90	93,69	42,21
7. Contributo do efeito dinâmico de mudança estrutural, do qual:	16,72	4,97	-4,25	-19,75	-13,86
Agricultura -----	-4,95	-4,13	-1,34	0,00	-5,95
Indústria -----	16,01	0,09	-6,62	-25,73	-8,27
Serviços -----	5,66	9,01	3,72	5,98	0,36
5+6+7 -----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Séries Longas do INE e BP e cálculos próprios

Entre 1999 e 2009, o efeito estático de mudança estrutural foi o mais negativo do espaço temporal analisado (-33,1%), expondo-se com esse valor a ineficiência da reafetação massiva de recursos humanos da indústria, maioritariamente em favor dos serviços, marcados pela sua mais baixa produtividade. No período final, embora o efeito permaneça negativo (-0,80%), a sua intensidade é menor, sugerindo uma reafetação de recursos para setores mais produtivos do que no período anterior, porém ainda ligeiramente menos produtivos que os de onde partiram os recursos.

Entre 2009 e 2019, similarmente aos dois períodos anteriores, nota-se um efeito dinâmico de mudança estrutural negativo (-13,9%). A interpretação desse efeito indica que a reafetação de recursos humanos continuava a ter como destino principal os serviços, que viram o crescimento da sua produtividade ser cada vez mais baixo ao longo do tempo, sendo para este período praticamente nulo, revelando uma cada vez maior estagnação da produtividade do setor. A indústria, ainda que continuasse a perder grande parte da sua força de trabalho, demonstrava um efeito de crescimento intrassectorial significativo devido ao elevado crescimento da sua produtividade, voltando a partilhar o contributo para o incremento da produtividade com os serviços.

Destaca-se para todo o período em estudo a dominância do efeito de crescimento intrassectorial, o que significa que o principal fator impulsionador da produtividade assentou no desempenho individual de cada setor, em que o setor com maior peso é a indústria (exceto no período 1973-1985), devido aos seus fortes e constantes ganhos de produtividade.

4.2.4. Análise segmentada em 6 setores

Examinar a economia numa categorização de seis setores, permite uma análise mais detalhada das tendências identificadas na análise aos três grandes setores. A dedução do peso da construção da categoria da indústria – de acordo com a análise apresentada nos Quadros 8 e 9 - o setor que mais contribui negativamente para a TMCA da produtividade – revela contributos mais significativos da indústria para o crescimento da produtividade. O contributo negativo da indústria entre 1973 e 1985, na análise em três setores, deveu-se à queda acentuada da produtividade da construção, como mostra o efeito de crescimento intrassectorial (-24,0%).

Outro resultado importante resulta do desdobramento do setor dos serviços em três subsetores, destacando-se a absorção dos recursos provenientes dos setores agrícola e

industrial maioritariamente pelos serviços privados. Entre 1999-2009, esse fluxo de recursos resulta num efeito estático de mudança estrutural negativo (-33,3%), devido à produtividade mais baixa dos serviços privados em comparação com os setores de origem desses recursos.

Quadro 8: TMCA da produtividade real - 6 setores (1953 – 2019)

	1953-1973	1973-1985	1985-1999	1999-2009	2009-2019
TMCA da Produtividade - Economia	4,16	1,40	1,99	0,79	1,10
TMCA da Prod. - Agricultura	1,99	2,52	1,29	-0,01	4,26
TMCA da Prod. - Indústria	5,68	0,63	4,05	2,65	1,15
TMCA da Prod. - Construção	2,48	-5,27	-1,65	-1,14	1,01
TMCA da Prod. - Com., transp. e HORECA	2,70	-0,53	0,71	-0,10	0,99
TMCA da Prod. - O. Serviços Privados	0,29	1,83	0,26	1,04	-0,89
TMCA da Prod. - Serviços Coletivos	4,30	5,10	0,91	-0,09	-0,15

Fonte: Séries Longas do INE e BP e cálculos próprios

Durante o período 1973-1985, os serviços coletivos foram cruciais para o crescimento da produtividade (72,3%), impulsionados pelo forte crescimento intrassetorial (49,3%). Além disso, os efeitos de mudança estrutural neste período indicam uma eficaz reafetação de recursos humanos para serviços privados e coletivos, ambos com nível produtividade superior, como demonstra o valor do efeito estático. O subsetor dos serviços coletivos destacou-se no efeito dinâmico, pela sua TMCA da produtividade superior às restantes para este período.

A elevada TMCA da produtividade do subsetor dos serviços coletivos entre 1973-1985 (5,1%) fez deste o principal contribuinte tanto para o efeito de crescimento intrassetorial como para o efeito dinâmico de mudança estrutural, apesar da maior parte dos recursos humanos ter sido direcionada para os serviços privados, onde a produtividade era superior, como indica o seu contributo para o efeito estático neste período (21,6%). Assim, entre 1973 e 1985, os serviços coletivos foram determinantes para o crescimento da produtividade da economia, durante um período de mudança de regime e preparação para adesão à CEE.

Quadro 9: Crescimento da produtividade e mudança estrutural - 6 setores (1953 –19)

	1953-1973	1973-1985	1985-1999	1999-2009	2009-2019
1. TMCA da Produtividade	4,16	1,40	1,99	0,79	1,10
2. Contributo Agricultura -----	-4,45	2,92	-2,70	-5,93	5,46
3. Contributo Indústria -----	56,49	13,88	52,16	-24,71	52,21
4. Contributo Construção -----	10,96	-23,98	-1,11	-7,52	-4,41
5. Contributo Com., transp. E HORECA -----	15,50	-7,31	12,01	18,40	23,78
6. Contributo O. Serviços Privados -----	9,31	42,15	28,17	95,27	24,34
7. Contributo Serviços Coletivos -----	12,19	72,34	11,48	24,48	-1,38
2+3+4+5+6+7 -----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
8. Contributo do efeito intra-setorial, do qual:	74,55	72,72	106,78	168,91	53,83
Agricultura -----	10,72	18,94	5,45	-0,04	22,91
Indústria -----	40,41	18,54	89,24	151,06	38,36
Construção -----	3,27	-23,75	-2,57	-3,57	1,78
Comércio, transportes e HORECA -----	9,67	-5,56	4,17	-1,50	11,60
O. Serviços privados -----	0,66	15,23	1,89	25,01	-18,34
Serviços coletivos -----	9,83	49,32	8,61	-2,05	-2,47
9. Contributo do efeito estático de mudança estrutural, do qual:	12,43	15,80	8,72	-35,34	54,07
Agricultura -----	-10,22	-11,88	-6,81	-5,89	-11,49
Indústria -----	5,33	-4,32	-21,28	-135,28	12,36
Construção -----	4,71	-0,44	1,85	-4,42	-5,59
Comércio, transportes e HORECA -----	3,42	-1,86	7,10	20,10	11,04
O. Serviços privados -----	8,16	21,64	25,34	63,37	46,66
Serviços coletivos -----	1,02	12,67	2,53	26,78	1,11
10. Contributo do efeito dinâmico de mudança estrutural, do qual:	13,02	11,48	-15,50	-33,57	-7,90
Agricultura -----	-4,95	-4,13	-1,34	0,00	-5,95
Indústria -----	10,75	-0,34	-15,81	-40,49	1,50
Construção -----	2,97	0,21	-0,38	0,48	-0,59
Comércio, transportes e HORECA -----	2,41	0,12	0,74	-0,20	1,14
O. Serviços privados -----	0,49	5,27	0,95	6,88	-3,98
Serviços coletivos -----	1,34	10,35	0,34	-0,25	-0,02
8+9+10 -----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Séries Longas do INE e BP e cálculos próprios

Entre 2009 e 2019, destaca-se, face à análise *Shift-share* em três setores, a dominância do contributo do efeito estático de mudança estrutural (54,1%), resultante de uma reafetação de recursos da agricultura e da indústria sobretudo para os serviços privados (46,7%), mas também, em menor escala, para a Indústria e para o Comércio, Transportes e HoReCa. O valor do efeito estático de mudança estrutural revela uma transição de recursos humanos para setores significativamente mais produtivos.

4.2.5. Análise à indústria transformadora

Sendo a Indústria Transformadora o setor mais dinâmico em termos de produtividade, achou-se relevante dedicar-lhe uma análise *Shift-share* autónoma e pormenorizada, segmentando-a em oito subsetores (*Quadros 10 e 11*).

O período inicial (1953-1973), regista TMCA da produtividade elevadas em todos os subsetores das indústrias transformadoras. O incremento da produtividade, tanto neste como noutras períodos, provém maioritariamente do crescimento individual de cada setor, como revela a predominância do efeito de crescimento intrassetorial, destacando-se dentro deste efeito as indústrias Químicas, que é o setor com maior crescimento da produtividade. O efeito de mudança estrutural é, nesta fase, maioritariamente dinâmico (5,5%), com uma reafetação de recursos favorável às indústrias de Máquinas e equipamentos e de Metalurgia e produtos metálicos, setores com TMCA superior aos de origem dos fluxos de recursos. Embora o crescimento da produtividade tenha sido amplamente distribuído entre os vários subsetores das indústrias transformadoras, as indústrias Químicas, de Máquinas e equipamentos e de Metalurgia e produtos metálicos foram cruciais no impulsionar deste crescimento.

Quadro 10: TMCA da produtividade real - Indústria Transformadora (1953 - 2019)

	1953-1973	1973-1985	1985-1999	1999-2009	2009-2019
TMCA da Produtividade - Ind. Transform.	5,32	0,72	3,95	2,05	1,86
TMCA da Prod. - Alimentares	3,64	2,84	2,80	1,61	1,83
TMCA da Prod. - Textil, vest., calçado	3,41	2,20	3,07	1,00	2,04
TMCA da Prod. - Madeira, cort., papel	5,65	0,77	1,47	2,31	2,73
TMCA da Prod. - Químicas	6,73	1,24	5,62	1,10	-0,78
TMCA da Prod. - Minerais n. met.	5,86	3,10	7,18	2,26	2,00
TMCA da Prod. - Metalurgia, pr. met.	7,46	-2,11	3,21	1,61	2,17
TMCA da Prod. - Maquinas, Equipam.	6,57	-2,61	6,37	3,53	2,18
TMCA da Prod. - O. Ind.. Diversas	4,84	-0,12	2,20	2,44	1,68

Fonte: Séries Longas do INE e BP e cálculos próprios

Entre 1973 e 1985, o período de maior estagnação da produtividade das indústrias transformadoras, o maior contributo para o crescimento da produtividade vem inquestionavelmente da indústria Têxtil (85,6%), além dos também significativos contributos das indústrias Alimentares e de Minerais não metálicos. A indústria de Máquinas e equipamentos, antes a principal contribuinte para o crescimento da

produtividade, torna-se num obstáculo devido à queda acentuada no crescimento intrassetorial (-49,2%). O efeito de mudança estrutural é, neste período maioritariamente estático (-11,7%), revelando a ineficiência na reafetação de recursos, principalmente provenientes das indústrias da Madeira, de Máquinas e equipamentos e Outras indústrias diversas, e redirecionados para as indústrias Têxtil e Alimentares, cuja produtividade era menor.

Quadro 11: Crescimento da produtividade e mudança estrutural - Indústria Transformadora (1953 – 2019)

	1953-1973	1973-1985	1985-1999	1999-2009	2009-2019
1. TMCA da Produtividade	5,32	0,72	3,95	2,05	1,86
2. Contributo Alimentares -----	4,24	41,33	6,46	16,81	9,74
3. Contributo Textil, vest., cal. -----	13,53	85,63	20,08	-10,56	15,81
4. Contributo Madeira, cort., papel -----	11,90	-2,82	2,71	6,86	2,69
5. Contributo Químicas -----	17,22	28,42	9,64	12,68	-2,51
6. Contributo Minerais n. met. -----	10,44	42,73	30,07	23,53	12,05
7. Contributo Metal., prod. met. -----	15,15	-25,01	5,04	14,42	11,41
8. Contributo Maquinas, equip. -----	21,23	-57,13	22,96	26,45	44,89
9. Contributo O. Ind. Diversas -----	6,28	-13,15	3,04	9,79	5,92
2+3+4+5+6+7+8+9 -----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
9. Contributo do efeito intra-setorial, do qual:	94,77	104,39	111,98	94,47	92,94
Alimentares, bebidas, tabaco -----	5,99	28,56	6,10	6,27	9,55
Textil, vestuário, calçado -----	17,76	68,87	19,13	10,93	19,17
Madeira, cortiça, papel -----	15,37	13,60	3,58	8,83	11,61
Químicas -----	20,39	28,36	27,21	7,17	-5,13
Minerais não metálicos -----	7,81	44,79	27,10	21,73	21,94
Metalurgia e prod. Metálicos -----	9,90	-29,48	6,75	5,55	10,07
Máquinas e equipamentos -----	10,15	-49,17	19,43	28,63	20,89
Outras Ind. Diversas -----	7,40	-1,16	2,68	5,37	4,84
10. Contributo do efeito estático de mudança estrutural, do qual:	-0,28	-11,68	-6,24	3,84	6,66
Alimentares, bebidas, tabaco -----	-0,85	9,12	0,24	8,99	0,15
Textil, vestuário, calçado -----	-2,17	12,90	0,62	-19,46	-2,74
Madeira, cortiça, papel -----	-1,16	-14,97	-0,71	-1,56	-6,81
Químicas -----	-0,86	0,05	-8,18	4,94	2,83
Minerais não metálicos -----	0,84	-1,43	1,13	1,44	-8,11
Metalurgia e prod. Metálicos -----	1,24	5,76	-1,10	7,56	1,08
Máquinas e equipamentos -----	3,10	-10,94	1,49	-1,54	19,34
Outras Ind. Diversas -----	-0,43	-12,18	0,26	3,47	0,92
11. Contributo do efeito dinâmico de mudança estrutural, do qual:	5,51	7,29	-5,74	1,69	0,40
Alimentares, bebidas, tabaco -----	-0,89	3,64	0,11	1,56	0,03
Textil, vestuário, calçado -----	-2,07	3,86	0,33	-2,03	-0,61
Madeira, cortiça, papel -----	-2,31	-1,45	-0,16	-0,40	-2,11
Químicas -----	-2,31	0,01	-9,40	0,57	-0,21
Minerais não metálicos -----	1,79	-0,63	1,85	0,36	-1,78
Metalurgia e prod. Metálicos -----	4,00	-1,30	-0,61	1,31	0,26
Máquinas e equipamentos -----	7,98	2,98	2,04	-0,64	4,66
Outras Ind. Diversas -----	-0,68	0,18	0,09	0,95	0,17
9+10+11 -----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Séries Longas do INE e BP e cálculos próprios

Entre 1985 e 1999, nota-se um novo período de dinamismo no crescimento das indústrias transformadoras, ainda que não atingindo os níveis de crescimento registados nos anos de ouro. É notada uma recuperação generalizada dos setores que no período anterior ofereciam contributos negativos ao crescimento da produtividade, com destaque para a indústria de Máquinas e equipamentos que volta a oferecer um contributo importante (23,0%). Pela primeira vez, ambos os efeitos estático e dinâmico de mudança estrutural são negativos, realçando a ineficácia geral na reafetação de recursos dentro da indústria transformadora, principalmente com origem nas indústrias Químicas, que apresentavam quer uma produtividade, quer uma TMCA da produtividade superior à dos setores de destino.

Entre 1999 e 2009, há um novo abrandamento no crescimento da produtividade das indústrias transformadoras, marcado pela manutenção do papel crucial das indústrias dos Minerais não metálicos e das Máquinas e equipamentos e um ganho de importância do contributo dado pela indústria Alimentar. A indústria Têxtil, por outro lado, passa a contribuir negativamente (-10,6%), contributo que está fortemente associado à reafetação de recursos da indústria Têxtil, principalmente para as indústrias Alimentares e de Metalurgia e produtos metálicos. Essa mudança estrutural, refletida no efeito estático, marcou o primeiro momento de impacto positivo em termos produtivos, com a realocação de recursos para subsetores mais produtivos.

Entre 2009 e 2019, o contributo para o crescimento da produtividade concentrou-se nas indústrias das Máquinas e equipamentos (44,9%), a qual para além de registar um dos mais elevados valores para o efeito de crescimento intrassetorial (20,9%), demonstra uma significativa absorção de recursos, predominantemente provenientes das indústrias de Minerais não metálicos e da Madeira. Tal movimento é capturado pelo efeito estático de mudança estrutural, que demonstra uma tendência crescente ao longo do tempo, indicando que os trabalhadores foram cada vez mais reafetados para indústrias mais produtivas. Neste período, o setor Têxtil volta a ter um contributo positivo, devido ao menor fluxo de saída de recursos humanos, o que diminuiu o seu impacto negativo no efeito estático de mudança estrutural, além de apresentar um crescimento significativo na sua produtividade.

5. Conclusão

Neste trabalho analisou-se a evolução da estrutura produtiva portuguesa entre 1953 e 2019. Na breve revisão da literatura efetuada, e na análise descritiva subsequente, confirmaram-se, e nalguns casos atualizaram-se, as tendências destacadas pelos principais autores que estudaram a evolução histórica da economia portuguesa, quanto ao VAB, ao emprego e às exportações: forte crescimento económico até 1973, abrandamento subsequente, até ao final do século XX, quase estagnação depois disso; declínio acentuado do emprego agrícola, com deslocação inicial para a indústria e depois para os serviços e forte terciarização nas últimas décadas; reforço progressivo dos setores de tecnologia média e avançada nas exportações.

Na secção principal do trabalho, utilizou-se a análise *Shift-share* para identificar os setores que mais contribuíram para o crescimento da produtividade, avaliando assim a eficiência das mudanças estruturais ao longo do período estudado.

No que diz respeito à evolução da produtividade do trabalho, constatou-se que o setor dos serviços, que até meados dos anos 60 acompanhava quase a par e passo a evolução da produtividade da indústria, acabou por entrar num processo de crescente estagnação, ao passo que a produtividade da indústria crescia de forma exponencial.

A análise às mudanças estruturais revelou que a reafetação de recursos humanos, primeiro da agricultura e depois da indústria para os serviços, veio a revelar-se ineficiente, sobretudo a partir de finais do séc. XX, dado que os serviços, no seu conjunto, tiveram uma produtividade inferior, quer em nível quer em taxa média de crescimento.

Considerando o significativo potencial produtivo da indústria, com especial ênfase para as indústrias transformadoras, revela-se assim essencial o aumento do investimento neste setor, de modo a fomentar a reindustrialização o país. A promoção de uma estratégia deste tipo permitirá aumentar a força de trabalho na indústria, além de alavancar o VAB da economia portuguesa. Pelos motivos enunciados, a indústria deve ser vista como um setor estratégico para o impulsionar do crescimento económico, sobretudo se se concentrarem os incentivos públicos e os esforços de investimento privado nos setores de média e alta tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, A. & Martins, M. M. F. (2005). A indústria. In P. Lains e A.F. Silva (Eds.), *História Económica de Portugal 1700-2000, Vol. III – Século XX* (2^a ed., pp. 185–226). Imprensa de Ciências Sociais.
- Costa, L. F., Lains, P., & Miranda, S. M. (2016). *An economic history of Portugal, 1143-2010*. Cambridge University Press.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23798/1/ICS_PLains_Economic_LAI.pdf
- de Groot, H. L. F. (1998). The Determination and Development of Sectoral Structure. *CentER Discussion Paper*.
<https://research.tilburguniversity.edu/en/publications/the-determination-and-development-of-sectoral-structure>
- Fagerberg, J. (2000). Technological progress, structural change and productivity growth: a comparative study. *Structural Change and Economic Dynamics*, 11(4), 393–411. [https://doi.org/10.1016/S0954-349X\(00\)00025-4](https://doi.org/10.1016/S0954-349X(00)00025-4)
- Fedajev, A., Nikolic, D., Radulescu, M., & Ileana Sinisi, C. (2019). Patterns of structural changes in CEE economies in new millennium. *Technological and Economic Development of Economy*, 25(6), 1336-1362.
<https://doi.org/10.3846/tede.2019.11253>
- Instituto Nacional de Estatística & Banco de Portugal. (2021, December). *Séries Longas para a Economia Portuguesa: 2020* [Data set] Instituto Nacional de Estatística.
<https://www.ine.pt/xurl/pub/536285836>
- Lains, P. (1994). O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. *Análise Social*, 29(128), 923-958. <http://www.jstor.org/stable/41011194>
- Lopes, J. S. (1996). *A economia portuguesa desde 1960*. Gradiva
- Mata, M. E., & Valério, N. (1994). *História Económica de Portugal: uma perspectiva global*. Editorial Presença.
- Mateus, A. (2023, February 6). *O Comércio e os Serviços na Competitividade e Internacionalização da Economia Portuguesa* [Paper presentation]. Que políticas económicas para Portugal?, Lisboa. <https://ccp.pt/eventos/que-politicas-economicas-para-portugal/>
- Moura, F. P. (1969). *Por onde vai a economia portuguesa?* Publicações Dom Quixote
- Peacock, A., & D. Dosser (1957). Input-output analysis in an underdeveloped country: a case study. *Review of Economic Studies*, 25(1), 21– 4.
<https://doi.org/10.2307/2296118>

Ribeiro, J. F., Manzoni, A., Claro, A., Azevedo, F., Chorincas, J. (2012). O sector dos serviços e a competitividade da economia. *Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)*. <https://ccp.pt/wp-content/uploads/2020/12/o-sector-dos-servios-e-a-competitividade-da-economia.pdf>

van Neuss, L. (2018). Globalization and deindustrialization in advanced countries. *Structural Change and Economic Dynamics*, 45, 49–63.
<https://doi.org/10.1016/j.strueco.2018.02.002>